

## MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

### ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

1 Nos dias dezenove e vinte do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 90ª  
2 Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram  
3 presentes na reunião os seguintes membros: **Sr. Marcos Fábio de Faria**, Chefe de Gabinete SE/MIR;  
4 **Sra. Carolina Nunes Diniz**, Consultoria FLACSO Brasil; **Sra. Renata Ferreira dos Santos**, Chefe  
5 da Divisão/DAI/MIR; **Sra. Marilda Oliveira de Brio Cohen**, Representante do Ministério das  
6 Cidades; **Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas**, Representante do Ministério das Comunicações;  
7 **Sra. Ana Maria Sales Placidino**, Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e  
8 Agricultura Familiar; **Sra. Daniela Luciana da Silva**, Representante do Ministério da Integração e  
9 do Desenvolvimento Regional; **Sr. Nathanael de Souza e Silva**, Representante do Ministério das  
10 Relações Exteriores; **Sra. Andréia Amorim Dias**, Representante da Secretaria-Geral da Presidência  
11 da República; **Sr. Airton Ferreira da Silva**, Representante da Coalizão Negra por Direitos; **Sr.**  
12 **Antônio Ricardo Herculano da Silva**, Representante do Coletivo de Entidades Negras da Bahia –  
13 CEN/BA; **Sr. Igor Correia dos Prazeres**, Representante da Coordenação Nacional de Entidades  
14 Negras – CONEN; **Sr. Olumidê Betinho**, Representante da Rede Nacional de Religiões Afro-  
15 Brasileiras e Saúde – RENAFRO SAÚDE; **Iraneide Soares da Silva**, Representante da Associação  
16 Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; **Sra. Rosa Negra**, Representante do Movimento Negro  
17 Unificado – MNU; **Sra. Marina Lais Duarte da Silva**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de  
18 Promoção da Igualdade Racial – CNPIR; **Sr. Afonso José Dias Gomes**, Representante do Coletivo  
19 Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER; **Sr. Gilvan Ferreira de Souza**, Representante do  
20 Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA; **Sra. Anna Maria Canavarro Benite**,  
21 Representante do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado; **Sra. Maria Julia Reis Nogueira**,  
22 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Sra. Iyá Vera Soares**, Representante do  
23 Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana –  
24 FONSANPOTMA; **Sr. Luciano Nunes Ribeiro**, Consultoria FLACSO Brasil; **Sra. Barbara Alves**  
25 **Nonato**, Consultoria FLACSO Brasil; ; **Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva**,

Representante do Ministério da Igualdade Racial; **Sra. Camilla Kelly Pacheco Perpétuo**,  
Representante do Ministério das Comunicações; **Sra. Ecclesina Alalba Carvalho de Oliveira**,  
Representante do Ministério das Mulheres; **Sr. Anderson Luiz Alves de Oliveira**, Representante do  
Ministério do Planejamento e Orçamento; **Sra. Valdice Gomes da Silva**, Representante da  
Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs; **Sra. Jovanna Cardoso da Silva**,  
Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS; **Sra.**  
**Mãe Tuca D’Osoguiã**, Representante da Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguiã – CCIAO; **Sr. Marcos**  
**Túlio Costa Gattas**, Representante da Associação Nacional das Mulheres Ciganas; **Sra. Elaine**  
**Maria da Silva de Toledo**, Representante do Instituto Alma Preta Jornalismo; **Sr. Igor T. Bandeira**,  
Representante do Ministério da Igualdade Racial; **Sra. Larissa da Cruz Santiago**, Representante do  
Ministério da Igualdade Racial; **Sra. Karina Miranda da Gama**, Representante do Ministério da  
Cultura; **Sra. Alice Passos Rodrigues**, Representante do Ministério do Esporte; **Sra. Cláudia**  
**Regina Sala de Pinho**, Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; **Sra.**  
**Vânia Viana Santos**, Representante do Ministério das Mulheres; **Sr. Ronaldo Crispim Sena**  
**Barros**, Representante do Ministério do Trabalho e emprego; **Sra. Byany Sanches**, Representante  
da Rede Amazônia Negra; **Sra. Maria Aparecida Ribeiro de Sousa**, representante da Coordenação  
Nacional de Articulação das Comunidades Negras Ruais Quilombolas - CONAQ **Sra. Marina Melo**  
**Arruda Marinho**, Representante da Casa Civil da Presidência da República.

**Abertura da reunião – Dia 19/02/2025:** A Sra. Marina Lais Duarte da Silva iniciou a reunião  
cumprimentando e agradecendo a todos os presentes. Após, passou-se a leitura da ordem do dia, e a  
Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva solicitou, acerca do tópico referente a resolução sobre  
as plenárias temáticas – atualização da 5ª CONAPIR – que essa pauta seja inserida na ordem do dia  
da reunião do dia 20/02, para que os conselheiros possam realizar a leitura, já que o documento deve  
ser aprovado pela plenária do conselho. Também propôs que a pauta relacionada a segunda década  
de afrodescendentes seja apresentada no segundo dia da reunião. Seguidamente, em regime de  
votação, a ordem do dia e as inversões da pauta foram aprovadas por 22 votos favoráveis. Adiante,  
acerca do local de realização da 5ª CONAPIR, a Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva  
informou que já foi consultada a disponibilidade do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e  
agora as tratativas dependem da aprovação da lei orçamentária. Diante disso, será realizada uma  
reunião com o Ministério para tratar sobre essa demanda e possível reserva do referido local.

Posteriormente, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva fez um informe que as resoluções referentes a 5ª CONAPIR devem passar pelo pleno do conselho, mesmo sendo em caráter de urgência, essas documentações precisam ser analisadas e aprovadas pelos conselheiros e, posteriormente, executadas pela coordenação nacional e subcomissões. Em seguida, foi realizado o relato das subcomissões. A Sra. Iyá Vera Soares pontuou que a subcomissão de mobilização realizou algumas tratativas, mas que ainda precisa de informes mais consistentes da metodologia de como será realizada a mobilização de visita aos estados, regiões e municípios, bem como quais os recursos e questões precisarão ser obtidas para desenvolvimento dessas tarefas. Em resposta, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva considerou que todas as dúvidas serão sanadas quando for realizada a discussão sobre as minutas de resolução que foram debatidas na metodologia. Ato contínuo, a Sra. Rosa Negra considerou, acerca da subcomissão de articulação, que foram realizadas algumas reuniões com os estados do Paraná e São Paulo, bem como alguns encaminhamos com Minas Gerais e Tocantins; e algumas outras reuniões estão marcadas com os estados de Roraima e Amazonas. Após, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva solicitou a subcomissão de articulação, que possam fazer um relato para o pleno, acerca dos estados que já foram visitados e quais as considerações. Em resposta, a Sra. Rosa Negra pontuou que o Paraná já fez o chamamento e encaminharam a Secretaria Executiva do conselho que estão organizando a 6ª CONAPIR Estadual. Seguidamente, o Sr. Airton Ferreira da Silva fez as ponderações acerca da subcomissão de metodologia, reforçando que realizaram a discussão do texto base, guia orientador e das datas das conferências e plenárias temáticas. Considerou que existe uma ausência grande da sociedade civil que está na subcomissão, e solicitou que esses membros possam acompanhar e participar dos trabalhos. Adiante, a Sra. Valdice Gomes da Silva, acerca da subcomissão de comunicação, informou que os primeiros links de mídia digital já estão no ar; está ocorrendo a divulgação de datas e local da conferência, temas, eixos e será providenciado vídeos curtos com falas dos conselheiros e autoridades para chamamento de participação na conferência. Posteriormente, sobre a subcomissão de logística, o conselheiro Sr. Igor Correia dos Prazeres ponderou que é importante que as demais subcomissões que demandam estrutura façam uma comunicação para a comissão de logística. Em seguida, o Sr. Ronaldo Crispim Sena Barros e a Sra. Luzi Borges realizaram apresentação sobre os objetivos da Polícia Nacional para Povos e Comunidade Tradicionais de Terreiros de Matriz Africana e acerca da COP 30. Aberta a palavra, a Sra. Valdice Gomes da Silva parabenizou o Ministério da Igualdade Racial pelo trabalho realizado na COP, e

86 ponderou que sente falta, nos momentos de apresentação dentro da COP, de falar sobre  
87 sustentabilidade, meio ambiente e sobre a região da Serra da Barriguda. Ato contínuo, a Sra. Mãe  
88 Tuca D’Osoguiã pontuou que sentiu falta de ações e editais que tenham a cara dos povos e  
89 comunidades tradicionais. Após, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva questionou o Ministério da  
90 Igualdade Racial sobre como serão distribuídas as vagas para participação na COP 30, pois dentro do  
91 conselho existe uma comissão de povos e comunidades tradicionais de matriz africana; povos de  
92 terreiro; e povos ciganos. Diante disso, na comissão, sente-se falta do diálogo direto entre a secretaria  
93 com a coordenadora da comissão, conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã. Seguidamente, a Sra. Byany  
94 Sanches considerou que a pauta abordada sobre a COP 30 é de extrema importância. Também  
95 reforçou que é necessário que haja uma discussão aprofundada sobre as certificações das casas de  
96 povos tradicionais de matriz africana, principalmente sobre as cestas básicas que são distribuídas.  
97 Em resposta, a Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva pontuou que a contribuição do  
98 Ministério da Igualdade Racial, em relação a COP, é ampla e passa por todas as áreas. Inferiu que o  
99 objetivo, e compromisso com a agenda ambiental, é discutir com a secretaria da COP sobre o tamanho  
100 das comitativas que irão participar. Posteriormente, o Sr. Gilvan Ferreira de Souza ressaltou que foi  
101 pautada a incidência nas formulações para o processo, que coloque como pauta central de debate o  
102 racismo ambiental e as violações sofridas. Em seguida, o Sr. Marcos Túlio Costa Gattas considerou  
103 que 10 vagas é pouco para participação na COP 30, pois é importante que todos os segmentos,  
104 principalmente para os povos ciganos, conhecer as demandas, tradições e mais sobre essa população.  
105 Ato contínuo, a Sra. Elaine Maria da Silva de Toledo reforçou que sente falta de uma organização do  
106 ministério para envolver o conselho, os conselheiros e as organizações que fazem parte da sociedade  
107 civil sobre o que vai ser discutido e acompanhado na COP 30. Considerou que é importante garantir  
108 a presença de povos quilombolas, povos de comunidades tradicionais dentro da agenda que o governo  
109 está organizando para o evento. Após, o Sr. Ronaldo Crispim Sena Barros realizou informe acerca do  
110 Decreto nº 12.278/2024 sobre a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de  
111 Terreiros de Matriz Africana. Aberta a palavra, o conselheiro, Sr. Igor Correia dos Prazeres,  
112 questionou acerca dos aportes financeiros, se estão conforme a LOA e qual valor será possível, pois  
113 não há condições de fazer política sem dinheiro e orçamento. Seguidamente, a Sra. Byany Sanches  
114 reforçou que é necessário trabalhar as certificações no Estatuto da Igualdade Racial que garante a  
115 livre expressão de culto. Adiante, a Sra. Iyá Vera Soares solicitou que o ministério possa verificar a

116 forma conceitual como é colocado os assuntos relacionados aos povos de terreiro e comunidades de  
117 matriz africana. Em resposta, a Sra. Luzi Borges pontuou que as certificações de terreiros estão  
118 previstas dentro do plano e da política terá um objetivo específico, tanto para regularização fundiária  
119 como territorial. Posteriormente, a Sra. Vanessa Machado e Cátia Regis, Representantes da Secretaria  
120 de Política de Ações Afirmativas e Combate à Superação ao Racismo e o Sr. Luiz Batista,  
121 Representante do Ministério da Saúde, realizaram a apresentação do Plano Juventude Negra Viva e  
122 o Programa Federal de Ações Afirmativas. Aberta a palavra, a Sra. Maria Julia Reis Nogueira inferiu  
123 que considera importante a participação do CNPIR no debate das oficinas realizadas no Ministério  
124 da Saúde, pois o conselho representa várias entidades, então deveria estar incluso nessas tratativas.  
125 Em seguida, o Sr. Igor Correia dos Prazeres pontuou que não adianta a criação de um comitê para  
126 referendar algumas temáticas se não houver debate na política. Inferiu também que acerca dos  
127 conselhos, a participação popular de fato, está deixando a desejar nas intervenções e formatação de  
128 políticas públicas. Em resposta, a Sra. Vanessa Machado reforçou que está trabalhando para melhorar  
129 a forma de comunicação e de trazer informações do que tem sido realizado. Pontuou que a partir do  
130 momento que a secretaria esteja presente durante as reuniões e em determinados pontos de pauta,  
131 melhorará a capacidade de relacionamento. Ato contínuo, o Sr. João Victor apresentou o panorama  
132 geral em relação a dotação e a distribuição dos recursos dentro do orçamento do ministério para o ano  
133 de 2025. O Conselheiro Olumidê Betinho pergunta sobre a distribuição orçamentária está desdobrada  
134 em outras políticas, em resposta o Sr. João Victor explica sobre o processo de definição do orçamento,  
135 trazendo as fases qualitativas e quantitativas e janelas orçamentárias, informando que em breve será  
136 aberto o processo de captar informação da PLOA 2026 para a possibilidade de inserir e aportar mais  
137 informações sobre o orçamento. **Encerramento da reunião – Dia 19/02/2025:** A Sra. Marina Lais  
138 Duarte da Silva agradeceu a participação de todos os conselheiros convocou os Conselheiros para a  
139 Reunião das Comissões Permanentes no período da tarde do primeiro dia da 90ª Reunião  
140 Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

141 **Abertura da reunião – Dia 20/02/2025:** A Sra. Marina Lais Duarte da Silva iniciou a reunião  
142 cumprimentando e agradecendo a todos os presentes. Após, houve a leitura da ordem do dia.  
143 Seguidamente, o Sr. Igor T. Bandeira realizou a apresentação sobre a segunda década de  
144 afrodescendentes. Adiante, a Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva solicitou que o texto

145 apresentado fosse disponibilizado para a Secretaria Executiva encaminhar aos conselheiros.  
146 Posteriormente, a Sra. Rosa Negra considerou que é importar que todos estejam em uma tarefa,  
147 unidos, para que a sociedade civil possa ser inserida nos debates internacionais. Em seguida, a Sra.  
148 Cláudia Regina Sala de Pinho inferiu que é necessário que o conselho tenha um documento que pontue  
149 como estava no início da década e sobre as pautas e demandas que conseguiu avançar. Diante disso,  
150 o conselho consegue contribuir mais diretamente nas temáticas em que precisam de colaboração,  
151 avaliação e monitoramento. Ato contínuo, a Sra. Maria Julia Reis Nogueira considerou que como  
152 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é importante, junto ao Ministério da Igualdade  
153 Racial e Ministério das Relações Exteriores, acompanhar de perto o processo da década no Brasil. Em  
154 resposta, o Sr. Igor T. Bandeira pontuou que a participação social ou governamental se dá por meio  
155 de cadastramento individual, informando qual a entidade que representa e país para que possa ser  
156 contabilizado no âmbito da ONU. Acerca da sistematização das ações empreendidas no âmbito da  
157 primeira década, se comprometeu a repassar para a Secretaria Executiva para que seja disponibilizado  
158 aos conselheiros. Após, o Sr. Igor Correia dos Prazeres propôs que seja elaborado um documento,  
159 enquanto CNPIR e Ministério da Igualdade Racial, institucional para apresentação no fórum da  
160 segunda década dos afrodescendentes. Seguidamente, a Sra. Byany Sanches reforçou que não há como  
161 combater o racismo sem justiça social, sem recurso e orçamento. Pontuou que é necessário que o  
162 Brasil entenda a importância da implementação de órgãos, de políticas de promoção de igualdade  
163 racial e instrumentos que possam, de fato, ratificar a necessidade de intervenção do Estado Brasileiro  
164 no combate ao racismo. Adiante, a Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva propôs, como  
165 encaminhamento, que seja realizada uma reunião com as unidades responsáveis por tratar sobre as  
166 delegações que participarão da COP 30, e posteriormente a Secretaria Executiva irá repassar a todos  
167 os conselheiros as informações. Posteriormente, o Sr. Nathanael de Souza e Silva inferiu que se  
168 comprometerá em garantir o nível mais alto de participação do CNPIR na COP 30. Em seguida, a Sra.  
169 Roberta Cristina Eugenio considerou que é importante e central que as desigualdades sociais sejam  
170 debatidas à luz do que o racismo é na sociedade, para que consiga gerar respostas, seja nos planos  
171 climáticos ou municipais. Como encaminhamento, solicitou a Secretaria Executiva que os pontos que  
172 foram tratados durante a 90ª Reunião Extraordinária do CNPIR sejam transformados em um  
173 documento e encaminhado ao gabinete da Ministra para que haja um diálogo com os ministros, bem  
174 como seja convidado um representante do MRE para informar sobre os procedimentos. Ato contínuo,



175 passou-se a aprovação das seguintes atas, que tratam da 5ª CONAPIR: 1ª Reunião Extraordinária; 3ª  
176 Reunião Extraordinária; 4ª Reunião Extraordinária; 86ª Reunião Extraordinária; e a 88ª Reunião  
177 Extraordinária. Não havendo nenhuma manifestação ou consideração, foram aprovadas por 28 votos  
178 favoráveis e 1 abstenção. Em seguida, foi realizado o relato das reuniões das comissões permanentes.  
179 Aberto para debate, o Sr. Antônio Ricardo Herculano da Silva considerou acerca do letramento racial  
180 por quem cometeu crime de racismo, e pontuou que a proposta é que haja uma cadeia na formação  
181 profissionais da área de segurança sobre essa temática. Após, a Coordenadora-Geral no Ministério da  
182 Cultura, Sra. Carolina Espósito, realizou a apresentação da minuta de lei para proteção de  
183 conhecimento tradicionais e expressões culturais populares. Seguidamente, a Sra. Marina Lais Duarte  
184 da Silva agradeceu pela apresentação e explanação sobre o tema e solicitou que o texto possa ser  
185 encaminhado à Secretaria Executiva do conselho, a fim de que seja enviado aos conselheiros para  
186 apreciação. Diante disso, propôs que a Coordenadora-Geral possa participar da próxima reunião  
187 ordinária do CNPIR. Adiante, a Sra. Andréia Amorim Dias considerou que seria importante que o  
188 texto passe pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, que é  
189 responsável pela articulação, fala e diálogos com a sociedade civil como um todo. Posteriormente, a  
190 Sra. Iyá Vera Soares propôs ao Ministério da Cultura que seja realizado um censo para informar  
191 quantos são, o que fazem e onde desejam chegar, os povos tradicionais de matriz africana do país; e  
192 solicitou apoio a Lei nº 1279/2022. Em seguida, o Sr. Igor Correia dos Prazeres propôs, como  
193 encaminhamento, que o CNPIR possa encaminhar o texto para elaboração de uma minuta da  
194 Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, que é o instrumento de diálogo acerca dessa  
195 temática. Ato contínuo, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva inferiu que será proposto a conselheira,  
196 Sra. Mãe Tuca D'Osoquiã, Coordenadora da pasta que dialoga com as comunidades tradicionais para  
197 que haja um estudo e uma leitura das propostas da coordenação, a fim de que seja debatido e avaliado  
198 pelo pleno do conselho. Após, a Sra. Bárbara Souza realizou um informe acerca da contextualização  
199 sobre o Comitê da Saúde da População Negra. Pontuou que a ideia é que haja uma deliberação  
200 conjunta entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Direitos  
201 Humanos e Cidadania após consulta ao Conselho Nacional de Saúde e ao CNPIR. Seguidamente, a  
202 Sra. Barbara Alves Nonato fez um resumo acerca das principais informações que estão em diálogo na  
203 subcomissão de metodologia. Entre elas está a proposta de resoluções para quatro normativas que  
204 precisam ser estabelecidas em âmbito nacional para refletir nos estados. Adiante, foi realizada a leitura

da sugestão de resolução sobre as etapas livres para 5ª CONAPIR. Não havendo nenhuma manifestação, passou-se ao regime de votação, sendo aprovado por 25 votos favoráveis e 1 abstenção. Posteriormente, houve a leitura da sugestão de resolução acerca das temáticas para a 5ª CONAPIR. Aberto para debate, a Sra. Roberta Cristina Eugenio considerou como importante que as minutas, após realizadas as contribuições dos conselheiros, sejam sistematizadas pela FLACSO e passem pela consultoria jurídica para ajuste nas definições dos conceitos que estão apresentados, sendo imprescindível que esses documentos não gerem nenhum tipo de dúvidas para quem realize sua leitura. Em seguida, a Sra. Iyá Vera Soares inferiu que existem duas comissões, uma de articulação e a outra de mobilização. Diante disso, é necessário definir qual é o papel delas e propôs que seja realizado um trabalho conjunto pois a articulação não difere da mobilização, visando não haver choque de informações entre elas. Ato contínuo, o Sr. Igor Correia dos Prazeres sugeriu, acerca da indicação dos delegados para as conferências, que houvessem regras que garantam a ampla participação dos conselheiros e organizações representadas por eles. Após, a Sra. Marina Lais Duarte da Silva solicitou a Secretaria Executiva que na próxima reunião da CON, que seja pautado esse ponto, a fim decidir os critérios de sugestão dos conselhos para subsidiar essas decisões. Seguidamente, foi realizada a leitura da proposta de texto da FLACSO para o artigo que fala sobre esse ponto: “*Artigo 4 - Serão participantes das conferências temáticas três pessoas por unidade federativa indicadas em articulação com o respectivo Conselho Estadual e do Distrito Federal de Promoção da Igualdade Racial e ou outros conselhos correlatos a temática em específico*”. Adiante, a Sra. Rosa Negra propôs ser inserido no texto que será garantido a representatividade do tema na coordenação plenária da conferência. Posteriormente, o Sr. Igor Correia dos Prazeres defendeu que as instituições da sociedade civil, que compõem o CNPIR, possam ter a garantia de participação em todas as plenárias. Diante disso, foi colocada em regime de votação essa proposta, e não havendo nenhuma manifestação, foi aprovada pelos conselheiros a unanimidade. Em seguida, a Sra. Elaine Maria da Silva de Toledo pontuou que a ideia é manter a Coordenação Executiva fiscalizando a maior parte das etapas prévias, porém, passando pela Comissão Organizadora Nacional. Ato contínuo, o conselheiro, Sr. Igor Correia dos Prazeres, sugeriu a seguinte distribuição das vagas para participação na conferência: 81 vagas serão de participantes dos estados, dessas serão eleitos, entre eles, 27 delegados (1 para cada estado); com isso sobrarão 3 vagas que serão decididas pelo estado anfitrião. **Encerramento da reunião – Dia 20/02/2025:** A Sra. Marina Lais Duarte da Silva agradeceu a participação de todos os conselheiros



235 e encerrou a 90ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial -  
236 CNPIR.